

## AMÉRICA LATINA: DILEMAS DA ESQUERDA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Valerio Arcary<sup>1</sup>

**Resumo** – Foi cruel para o destino de suas lutas que o proletariado latino americano tenha começado a travar grandes combates com relativa independência de classe somente depois do fim da Segunda Guerra Mundial, justamente quando a classe trabalhadora européia, a grande protagonista das revoluções anti-capitalistas na primeira metade do século, se retirava de cena. A primeira revolução operária do continente sacudiu a Bolívia no início dos anos cinqüenta e, depois de uma extraordinária luta foi derrotada, mas o marxismo passou a ser, pela primeira vez na América Latina, o vocabulário da maioria da classe operária. O continente latino-americano escreveu sua primeira página de glória na história da revolução socialista com o triunfo da revolução cubana em 1959. Uma onda de entusiasmo e radicalização política se estendeu do México ao Chile, mas a hora dos combates decisivos seria decidida, desfavoravelmente, no Rio de Janeiro em 1964. O perigo de novas “Cubas” levou Washington a fomentar um cerco comercial, político e militar a Cuba. A mobilidade social intensa do período histórico do pós-guerra, que acompanhou o processo de urbanização na maioria do continente, se interrompeu no final dos anos setenta. Pela primeira vez, uma geração de jovens descobriu que não podia aspirar a uma vida melhor que a da geração de seus pais. As tensões sociais que o processo de urbanização e industrialização conseguiu absorver, mesmo com a manutenção de grande desigualdade social, porque permitia a esperança de uma ascensão individual, deixou de ser possível quando explodiu a crise das dívidas externas nos anos oitenta e, depois, a consolidação do desemprego em níveis superiores a 10% da população economicamente ativa nos anos noventa. Esse foi o quadro histórico-econômico que explica a instabilidade crônica dos regimes democrático-liberais que culminou com a queda de mais de 10 presidentes eleitos e a explosão político-social que foi a onda de situações revolucionárias que se precipitou da Argentina para o Equador, e da Venezuela para a Bolívia.

**Palavras chaves:** América Latina, socialismo, revolução, crise, populismo.

---

<sup>1</sup> Professor do IF/SP(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), historiador com doutorado pela USP, é autor d'*As esquinas perigosas da história, situações revolucionárias em perspectiva marxista*.

*Nem o desenvolvimento das máquinas, nem os descobrimentos químicos, nem a aplicação da ciência à produção, nem os progressos dos meios de comunicação, nem as novas colônias, nem a emigração, nem a abertura de novos mercados, nem o livre câmbio, nem tudo isto junto, pôde acabar com a miséria das massas trabalhadoras, senão que, pelo contrário, enquanto se mantiver de pé a falsa base atual, todo novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho deve tender, necessariamente, ao aumento dos contrastes sociais e agudizar a contradição social. Durante esta embriagadora época de progresso econômico, a morte por fome quase se elevou ao patamar de uma instituição na capital do Império Britânico.<sup>2</sup>*

*Karl Marx*

Quis a ironia da história que na América Latina o século XX tenha começado com a revolução mexicana, deflagrada contra a oitava reeleição de Porfírio Díaz, e tenha se encerrado com a integração do México ao NAFTA, a área de livre comércio que reduziu a pátria de Zapata à condição de semi-colônia norte-americana, justamente, quando uma onda de revoluções anti-imperialistas derrubava presidentes alinhados com Washington na Argentina, Bolívia e Equador, derrotava um golpe na Venezuela e enterrava o projeto do ALCA (Acordo de livre comércio das Américas).

As reeleições presidenciais, um mecanismo de tipo autoritário em regimes

republicanos porque, historicamente, favoreceram o bonapartismo, foi um dos recursos clássicos de estabilização da dominação político-social no continente no século passado. Boa parte das sociedades latino-americanas aceitou governos bonapartistas – alguns mais nacional-desenvolvimentistas semi-democráticos, como Cárdenas no México nos anos trinta, outros mais autoritários, como Vargas no Brasil - quando se viram diante da tarefa inadiável da superação de economias agrário-exportadoras para realizar a urbanização e, em alguns países, a industrialização.

Os bonapartismos, muitas vezes mal compreendidos pela sociologia histórica de inspiração liberal como governos populistas, porque se enfatizava o papel caudilhesco dos líderes nacionalistas que buscavam encarnar um projeto de nação como destino ou missão pessoal, corresponderam às necessidades de relocalização dos países latino-americanos no mercado mundial. Esse processo de urbanização, formação de mercado interno, industrialização, enfim, modernização assumiu formas e ritmos muito diversos nas diferentes nações latino-americanas, mas não foi realizado sem conflitos com as potências dirigentes no sistema internacional de Estados, e sem resistências internas, exigindo a participação política de massas – o que exigiu combinações variadas de algumas concessões de direitos

<sup>2</sup> MARX, Karl, Manifesto de fundação da Associação Internacional dos trabalhadores, **La Internacional**, México, Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 4. Tradução nossa.

e alguma retórica nacionalista - ainda que controlada pelo Estado.

A revolução mexicana, cujo centenário será celebrado em 2010, foi uma das maiores revoluções democrático-agrárias da história. Porfirio Diaz chegou à presidência do México em 1876 e governou até 1880. Entre 1880 e 1884 exerceu de fato o poder sem ocupar a presidência. Mas, a partir de 1884 foi reeleito presidente por seis vezes consecutivas até 1911, tendo sido derrubado pela revolução dirigida por Francisco Madero, apoiado pelas colunas militares dirigidas por Pancho Villa e Emiliano Zapata. A revolução politicamente democrática e socialmente camponesa, no México, entre 1910 e 1917, foi consequência da radicalização social contra Porfirio Dias, e seu sistema monolítico de reeleições fraudadas.

Poucos anos depois, a vaga revolucionária aberta pelo triunfo da revolução russa de 1917 despertou imensa esperança em uma pequena vanguarda operária e popular urbana inspirada em ideais igualitaristas, porém, majoritariamente, anarquista ou sindicalista pelo atraso da influência das idéias marxistas, animando greves. Poderia ser dito que o impacto de Outubro chegou tarde demais para inspirar revoluções democráticas, como as transformações impulsionadas pelo Partido Radical na Argentina, e cedo demais em um continente ainda arcaico, clerical, e agrário,

em que o peso social do proletariado era diminuto. Mesmo se o crescimento das economias capitalistas latino-americanas na virada do século XIX para o XX, como tinha previsto Marx na epígrafe, não tivesse sido capaz de diminuir as desigualdades sociais, não se abriram situações revolucionárias no continente, enquanto a Europa Central tremia com a ameaça de outras Repúblicas de Sovietes. Até o tenentismo no Brasil, um movimento armado que expressava dentro das Forças Armadas o descontentamento dos setores médios da sociedade com a oligarquia da República velha, ficou sem bases sociais nas incipientes cidades e se transformou em uma coluna militar errática em dissidência.

Na seqüência da crise de 1929, em alguns países do continente como o Brasil e o México, as burguesias nacionais se aproveitaram da crise de liderança imperialista no sistema internacional de Estados herdada pela Primeira Guerra Mundial para conquistar um posicionamento econômico mais favorável. Cárdenas e Vargas suspenderam o pagamento das dívidas externas por mais de dez anos, e exigiram a anulação de uma parte significativa dos juros pendentes para voltar a pagar. Sociedades ainda agrárias, majoritariamente, passaram incólumes pela I Guerra Mundial e, mesmo se atingidas pela depressão dos anos trinta, não foram atingidas pelas duas primeiras vagas

revolucionárias internacionais que sacudiram o século e tiveram como cenário o continente europeu. Os bonapartismos *sui generis* foram a forma predominante dos regimes que favoreceram a industrialização tardia, como o de Perón na Argentina e Getúlio no Brasil.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em países como o Brasil, o Chile, o Uruguai, e, em menor medida, o Peru, a Bolívia e a Colômbia, partidos comunistas vinculados a Moscou cresceram em organização e influência, em grande medida como parte do prestígio da União Soviética na luta contra o nazi-fascismo, mas não se abriram situações revolucionárias. Em resumo: o proletariado não entrou em cena como principal sujeito social da luta de classes na primeira metade do século. O projeto anti-capitalista não encontrou bases sociais de massas: era minoritária sua influência nas cidades, e quase nula sua audiência nos interiores. A América Latina ainda era um continente agrário e, majoritariamente, analfabeto, e as massas populares seguiam politicamente órfãs de uma organização livre e independente.

## **O PROLETARIADO LATINO-AMERICANO ENTRA NA CENA DA HISTÓRIA**

Foi outra ironia da história que o proletariado latino americano tenha

começado a travar grandes combates com relativa independência de classe, justamente, quando a classe trabalhadora europeia, a grande protagonista dos combates anti-capitalistas na primeira metade do século, se retirava de cena. A primeira revolução operária do continente sacudiu a Bolívia no início dos anos cinquenta e, depois de uma extraordinária luta proletária, foi derrotada, mas o marxismo passou a ser, pela primeira vez na América Latina, o vocabulário da maioria da classe operária boliviana.

Na primeira metade desta década, no auge da guerra fria, movimentos poli-classistas de inspiração nacionalista como o peronismo e o varguismo recorreram a controladas mobilizações das massas trabalhadoras recém urbanizadas, procurando proteger os mercados internos da Argentina e do Brasil de forma que a incipiente industrialização pudesse sobreviver. Comprimidos entre as avassaladoras pressões dos EUA de um lado, e as aspirações populares das classes médias por outro, em sociedades em que a burguesia era uma classe ainda muito frágil, surgiu um movimento nacional-desenvolvimentista burguês, mesmo quando as suas expressões intelectuais fossem oriundas das classes médias, apoiado em um movimento operário burocraticamente controlado pelo Estado. Cunhou para a história a expressão “populismo”: um fenômeno político que

unia o caudilhismo de líderes que usavam o Estado para evitar a mobilização independente das massas populares, elevavam a instituição da Presidência sobre as outras instituições como os Parlamentos e a Justiça flertando com um bonapartismo defensivo de país periférico, e arbitravam uma inserção mais independente no sistema mundial de Estados.

O continente latino-americano escreveu sua primeira página de glória na história da revolução socialista com o triunfo da revolução cubana em 1959. Uma onda de entusiasmo e radicalização política se estendeu do México ao Chile, mas a hora dos combates decisivos seria decidida no Rio de Janeiro em 1964. O perigo de novas “Cubas” levou Washington a fomentar um cerco comercial, político e militar a Cuba. A surpresa da vitória do movimento 26 de Julho em Havana, um movimento nacional democrático revolucionário que foi até à expropriação da propriedade privada das companhias norte-americanas, levou os EUA a uma contra-ofensiva que explica o golpe contra-revolucionário no Brasil em 1964 e na Argentina em 1966.

O medo de que a revolução se alastrasse de Cuba para todo o continente explica, para o essencial, a história política da América Latina nos vinte anos que vão de 1960 a 1980. Em 1968, a situação mundial de relativa estabilidade nos países centrais se inverteu com a greve geral

francesa que chegou a obrigar De Gaulle, no seu momento mais agudo, a procurar refúgio em uma base militar na Alemanha. A rebelião do Quartier Latin contagiou a classe operária francesa, e o exemplo de Paris incendiou a juventude européia e norte-americana que se lançaram a grandes manifestações de massas pela causa do Vietnam invadido.

### **A VAGA REVOLUCIONÁRIA CONTINENTAL INSPIRADA PELA VITÓRIA EM CUBA FOI DERROTADA**

Não obstante, enquanto a quarta vaga da revolução mundial se alastrava para a Itália e Lisboa, e seus ecos instigavam a juventude mexicana a ocupar a Praça do Zócalo na terceira maior cidade do mundo, e 100.000 saiam às ruas do Rio de Janeiro para gritar ‘abaixo a ditadura’, a situação na América Latina evoluía, desfavoravelmente, para a esquerda. O Cone Sul permaneceu coberto de ditaduras militares, e a revolução chilena, dramaticamente isolada, sucumbiu. Cuba ficou sozinha. Um “golpe dentro do golpe” precipitou uma situação contra-revolucionária no Brasil. A explosão do proletariado argentino no Cordobazo permitiu o retorno de Péron do exílio e a realização de eleições presidenciais, mas a burguesia de Buenos Aires não admitia qualquer sobressalto à sua dominação, e

não hesitou em seguir o exemplo de Pinochet, e impôs uma das ditaduras mais sangrentas do século XX em 1976.

A vaga revolucionária latino-americana foi, finalmente, derrotada, e a esquerda inspirada no exemplo cubano de inspiração guevarista foi dizimada. No início dos anos oitenta as ditaduras latino-americanas foram caindo, umas após as outras, mas as classes dominantes lograram estabilizar os regimes democrático-liberais com a promessa da alternância eleitoral. A geração mais velha e experiente do movimento operário e da esquerda latino-americana tinha medido forças com a contra-revolução e tinha sido esmagada. Um fio de continuidade histórica na esquerda tinha sido interrompido, sem que as ilusões reformistas na possibilidade de um capitalismo desenvolvimentista e, presumidamente, regulador da distribuição da riqueza tivessem sido superadas.

### **UMA SEGUNDA VAGA CONTINENTAL DE REVOLUÇÕES NA AURORA DO NOVO SÉCULO**

Depois de um quarto de século, na seqüência do terrível golpe de 11 de setembro de 1973, em Santiago do Chile, a esquerda mundial olha de novo para a América Latina com alguma esperança. Em nenhuma outra parte do mundo a resistência aos ajustes inspirados na

plataforma do neoliberalismo foi tão grande. A insurreição no Equador, em janeiro de 2000, sinalizava que uma nova conjuntura estava se abrindo. As jornadas revolucionárias de dezembro de 2001, em Buenos Aires, fulminaram o governo De La Rúa e revelaram que os calendários eleitorais eram insuficientes para conter o mal estar das classes populares.

Na Venezuela, o fracasso do golpe contra Chavez em 2002, um desenlace inusitado, sugeria que o recurso às quarteladas, um padrão na política externa norte-americana nos anos sessenta, depois da vitória da revolução cubana, que ameaçava radicalizar a luta de classes em todo o continente, não era mais plausível. E, depois, vieram as eleições no Brasil e Equador. Finalmente, em Outubro de 2003, a greve geral na Bolívia, o fim do mandato de Gonzalo de Losada e a posse de Mesa e, no segundo semestre de 2005, a queda do próprio vice-presidente e eleição de Evo Morales no calor de uma situação revolucionária, confirmaram que estamos em um novo contexto histórico. O recente golpe em Honduras em Julho de 2009 demonstra que o extremo reacionarismo das classes proprietárias do continente ainda pode inspirar quarteladas, mas mesmo os golpistas hondurenos precisam procurar legitimação em eleições fraudulentas.

Nesse contexto, não é surpresa se o governo Lula tenha despertado imensa

expectativa, dentro e fora do Brasil. Afinal, era um exemplo de uma alternância eleitoral bem sucedida. O governo do PT podia inspirar esperança como uma alternativa à crise econômica e social provocada pelos governos alinhados com a política inspirada pelo FMI e defendida por Washington, como os de FHC, Menem, Fujimori. Passados oito anos, todavia, a política do governo do PT se revela em sua plenitude: a preservação de um ajuste fiscal duríssimo para garantir os interesses dos rentistas da dívida pública, associado a um plano de políticas sociais compensatórias – o Bolsa Família – inspirado no modelo das políticas sociais focadas. A questão de fundo que, entretanto, permanece colocada, é saber se, com esta estratégia, é possível conter a tendência à precipitação de situações revolucionárias que já levou à derrubada de tantos governos nos últimos quinze anos. Por quanto tempo a perspectiva de crescimento baixo poderá ser compensada pela distribuição de um pouco de dinheiro e cestas básicas para as famílias mais pobres, os chamados excluídos?

### **UM NOVO MARCO HISTÓRICO: ESTAGNAÇÃO E RECOLONIZAÇÃO**

Há mais de vinte anos, as sociedades latino-americanas entraram, de conjunto,

em uma longa estagnação – crescimento muito baixo, inferior a 3% ao ano, na média das décadas de oitenta e noventa – com poucas variações do produto nacional, mesmo quando a economia dos EUA se recuperava, como entre 1992 e 2000. O Brasil que tinha sido uma das economias mais dinâmicas não escapou do verdadeiro desastre social que veio associado com a estagnação. A única exceção importante foi, curiosamente, a Colômbia – um país que, política e militarmente, se transformou em um semiprotetorado norte-americano – em função dos investimentos turbinados pelo negócio da cocaína. Mesmo entre 2004 e 2008, quando ocorreu uma recuperação econômica impulsionada pelo aumento dos preços das commodities, e a pressão do endividamento externo diminuiu com a transformação das dívidas públicas em dólar em dívidas internas em moedas nacionais, o capitalismo periférico da América Latina não conseguiu retomar as taxas elevadas de crescimento do pós-guerra. Paradoxalmente, a integração de uma esquerda irreconhecível aos limites políticos dos regimes democrático-liberais permitiu a estabilidade política, com alternância eleitoral. Governos burgueses de inspiração neoliberal lograram superar a super-inflação dos anos oitenta e introduziram as primeiras experiências de programas sociais focados, as políticas públicas que, na seqüência, foram

generalizados por todos os países e por todos os governos, em especial, pelo governo Lula no Brasil.

Não obstante, a mobilidade social intensa do período histórico anterior, que acompanhou o processo de urbanização na maioria do continente, se interrompeu. Pela primeira vez, uma geração de jovens descobriu que não podia aspirar a uma vida melhor que a da geração de seus pais. As tensões sociais que o processo de urbanização e industrialização do pós-guerra conseguiu absorver, porque permitia a esperança de uma ascensão individual, deixou de ser possível. Esse foi o quadro histórico-econômico que explica a explosão político-social que foi a onda de situações revolucionárias que se precipitou da Argentina para o Equador, e da Venezuela para a Bolívia.

Entretanto, ainda que tenhamos assistido, entre 2001 e 2005, uma vaga de mobilizações revolucionárias continental – apesar da exceção da situação brasileira, a mais estável do continente – nenhuma ruptura político-social mais significativa aconteceu. Nem uma ruptura na inserção dos países latino-americanos no Sistema Mundial de Estados, nem uma ruptura social. Nenhum Estado latino-americano conseguiu ainda impor uma segunda independência. Não ocorreu nenhuma vitória anti-capitalista como foi, em seu tempo, a revolução cubana. O mapa político latino-americano, contudo, já

mudou substancialmente, e ainda vai mudar mais. Chavez, Lula, Gutierrez (que já caiu) e Kirchner, a Frente Ampla no Uruguai – com a eleição de Mujica – e o MAS de Evo Morales na Bolívia que deve ser reeleito no final de 2009, são governos que se explicam, mesmo considerando as evidentes diferenças das forças políticas e pressões sociais que permitiram que chegassem ao poder, pelo esgotamento dos ajustes neoliberais promovidos no continente nos anos noventa.

### **A VIA INGLESA TEM CONDIÇÕES DE ESTABILIZAR O CONTINENTE?**

O marxismo analisa todos os fenômenos da vida político-social – a começar pela caracterização dos governos – a partir de um ângulo de classe. Esse é um procedimento incontornável para qualquer análise séria. Todas as novas forças políticas que chegaram ao poder, por diferentes vias e em contextos diversos, constituíram governos burgueses, mesmo quando são governos burgueses diferentes. São governos burgueses porque operam a gestão do Estado respeitando os limites institucionais regulados pelas Constituições que herdaram ou que promoveram, resguardando, no fundamental os interesses dos grandes proprietários da terra, das fábricas e do capital, ainda



quando tentando um novo marco de regulação do sistema.

Mas, tão importante quanto a identificação da natureza de classe destes governos, haveria que considerar que merecem ser classificados em dois grupos muito distintos. Governos como o de Chávez pertencem a uma linhagem histórica que remete Nasser no Egito nos anos cinquenta, Boumediene na Argélia na Argélia nos anos sessenta, ou a Cárdenas, Vargas e Perón na América Latina dos anos trinta e cinquenta. São governos anormais porque são bonapartistas, uns mais autoritários outros menos, uns mais apoiados na mobilização popular, outros mais apoiados nas Forças Armadas.

Outros são diferentes, como o governo Lula e Evo Morales são governos burgueses *anômalos*. São atípicos, ou *sui generis*, porque são governos de coalizão política de partidos que, na origem, tinham suas bases sociais nos movimentos operários e populares e outros movimentos sociais, com partidos ou lideranças empresariais. São, portanto, governos de colaboração de classes. Mas, alguns destes governos, como o de Lula, são, também, especialmente atípicos como governos de colaboração de classes, porque não são sequer anti-imperialistas.

Diante deles, parecem desenhar-se quatro cenários que denominaremos, de via chilena, via russa, via inglesa e via argentina. As metáforas históricas são

sempre perigosas porque, como sabemos, a história não se repete e os esquemas são somente um esforço de procurar padrões, mas não deixam de ser um instrumento de análise.

Na primeira via, a “chilena”, por analogia com Allende em 1973, o governo da Frente Popular não conseguiu reunir forças sociais de apoio interno e relações internacionais que pudessem impedir a contra-revolução. O Governo não mobilizou as massas no sentido de uma revolução, mas ao não estar disposto, ou por não ser capaz de contê-las, não atendeu, também, às pressões do imperialismo, e foi derrubado por um golpe fascista. Na segunda, a “russa”, por analogia com Kerensky e o intervalo entre fevereiro e outubro de 1917, o governo de colaboração de classes fracassou, igualmente, mas as forças da revolução se anteciparam às da contra-revolução.

Na terceira, a inglesa, por analogia com os governos do Labour Party nos anos vinte, repetida depois de 1945, o governo de colaboração de classes encontra uma situação econômica internacional favorável de crescimento, que permitiu negociar concessões, e articula com sucesso um pacto social e político que estabilizou a crise que o levou a vencer as eleições, e permite a alternância eleitoral sem traumas. As duas condições para esse triunfo do reformismo social democrata foram a dinâmica econômica internacional

de crescimento econômico e o medo da revolução mundial: o terror burguês europeu de novas Petrograds, depois de 1917, e o receio do capital britânico de que a situação francesa e italiana entre 1944 e 1947 contagiasse a classe trabalhadora inglesa.

Na última, a Argentina, por analogia com a eleição de De La Rúa em 2000, os novos governos aplicaram, na essência, o mesmo ajuste econômico e político que o FMI exigiu de todos os governos anteriores, apoiados no crédito de esperança depositados pelos movimentos organizados de trabalhadores. Não conseguiu terminar o seu mandato, mas o regime democrático encontrou uma solução para a governabilidade por dentro do quadro institucional vigente. Não teremos pela frente, muito provavelmente, nenhuma dessas situações “quimicamente puras”, mas combinações inesperadas. No Equador, por exemplo, Gutiérrez, o coronel que apoiou a semi-insurreição indígena-camponesa de janeiro de 2000, teve, finalmente, em 2005, o mesmo destino que De La Rúa na Argentina em 2001.

A questão de fundo para considerar as perspectivas maiores ou menores da via inglesa ou argentina é analisar as dinâmicas sociais das sociedades latino-americanas no marco das flutuações econômicas e políticas internacionais contemporâneas. O crescimento dos quatro anos entre 2004 e

2008 foi sustentado pelo reaquecimento da economia mundial depois da crise de 2000-2002. Mas, se esse crescimento permitiu uma relativa estabilização no México, Argentina e Brasil, redesenhou, também, uma inserção mais subordinada do continente no mercado mundial com exportador de commodities. As políticas sociais compensatórias têm sido o elemento estabilizador chave de Governos como os de Fox e seu herdeiro, Felipe Calderón, no México, depois da queda do PRI na etapa pós-1995 com o acordo de livre comércio com os EUA e Canadá, da Concertação chilena pós Pinochet, e das situações brasileira e Argentina, com Lula e os Kirchner.

Estamos, em síntese, diante de experiências políticas complexas. Regimes democrático-eleitorais conquistaram a longevidade de duas décadas e meia pela primeira vez na história de países periféricos. Algumas foram precipitadas por situações revolucionárias, como no Equador, Venezuela, Argentina e Bolívia, e outras foram impulsionadas, como no Brasil, Chile e Uruguai para evitá-las. Esses processos nos remetem a experiências políticas como a da África do Sul, depois da vitória do CNA dirigido por Mandela. E não deveríamos esquecer a experiência pioneira de Walesa e o Solidarinosc na Polônia nos anos noventa. Em nenhum destes países foi possível uma dinâmica de crescimento econômico sustentado. O PT

transformista no Brasil, o peronismo reciclado na Argentina, o CNA na África do Sul, e o Solidariedade na Polônia foram capazes de estabilizar os regimes políticos, em função do prestígio conquistado quando estavam na oposição, mas não parecem ser portadores de qualquer projeto nacional muito diferenciado das forças liberais que substituíram no poder.

#### **Informações bibliográficas:**

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

ARCARY, Valério. AMÉRICA LATINA: dilemas da esquerda em perspectiva histórica. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/10arcary.pdf>>. Acesso em: \_\_.\_\_. 20\_\_.